



Conselho Nacional de
Segurança Alimentar e Nutricional

Fundo Nacional de
Desenvolvimento da Educação

Ministério
do Meio Ambiente

Ministério
do Desenvolvimento Agrário

Ministério
da Agricultura, Pecuária
e Abastecimento

Ministério
do Desenvolvimento Social
e Combate à Fome



Ministério
da Saúde



Ministério da Saúde
Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição

Ações de Incentivo ao Consumo de Frutas e Hortaliças do Governo Brasileiro

Brasília, setembro de 2009

Introdução

A meta das políticas de saúde pública é oferecer às pessoas a melhor oportunidade para desfrutar de anos de vida saudável e ativa.

A Estratégia Global para Dieta e Atividade Física, proposta pela OMS, reuniu evidências acerca dos efeitos da alimentação saudável para a promoção da saúde e prevenção de doenças crônicas, reconhecendo o papel decisivo dos ministérios de saúde para reunir outros setores e formular e aplicar eficazmente as políticas.

O Ministério da Saúde ao definir a promoção da alimentação saudável como diretriz da Política Nacional de Alimentação e Nutrição e eixo estratégico da Política Nacional de Promoção da Saúde, aprovou um conjunto de medidas de alimentação saudável destinada a contribuir com as ações e metas de redução da pobreza, inclusão social e Direito Humano à Alimentação Adequada.

Entre as diferentes medidas está o incentivo ao consumo de frutas e hortaliças para a população brasileira, apontadas como resultante de esforço intersetorial capaz de alinhar em prol da saúde pública, políticas de produção, agricultura familiar, abastecimento, acesso e educação.

A temática é bastante relevante, pois se evidencia o alarmante padrão de consumo da população brasileira, com gasto excessivo na aquisição de alimentos com altos conteúdos de açúcar, gorduras e sal e o consumo insuficiente de frutas e hortaliças e alimentos ricos em fibras, em todas as classes de renda. Pesquisas apontam para o baixo consumo de Frutas e Hortaliças, em média, a população brasileira consome menos da metade da quantidade de Frutas e Hortaliças preconizada pelo Guia Alimentar para a População Brasileira, refletindo desfavoravelmente nas estatísticas de morbidade e mortalidade.

Assim configura-se este material, que no marco da construção do sistema de segurança alimentar e nutricional do país, tem como um primeiro objetivo, apresentar as principais ações desenvolvidas pelo governo brasileiro voltadas para o incentivo ao consumo de frutas e hortaliças e que subsidiará a Estratégia Brasileira de Incentivo ao Consumo de Frutas e Hortaliças para a Promoção da Saúde.

As ações aqui elencadas foram reunidas com base no documento “Proposta de diretrizes para o desenvolvimento de um programa intersetorial para a promoção da alimentação adequada e saudável no Brasil” do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e também com apoio do Instituto Nacional do Câncer e dos diversos Ministérios envolvidos com a temática das frutas e hortaliças.

Ações

Ministério da Saúde – MS

- Garantir o monitoramento do consumo alimentar no Brasil por meio do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, ampliando as informações coletadas para todas as fases do ciclo da vida e a população coberta.
- Fortalecer o Programa de Análise de Resíduo de Alimentos - PARA e ampliar a divulgação das informações do programa em mídias de comunicação pública como sites governamentais e outros e criar formas de maior acessibilidade dessas informações junto aos consumidores finais.
- Incluir a questão da publicidade de alimentos e o controle do uso de agrotóxicos na esfera educativa, fortalecendo o acesso à informação através de ações nos meios de comunicação de massa.
- Manter atualizadas as diretrizes alimentares da população brasileira de forma a orientar os processos de educação alimentar e nutricional e de orientação alimentar e nutricional.
- Garantir a efetividade da implementação da Resolução 408 do Conselho Nacional de Saúde que aprova diretrizes para a promoção da alimentação saudável com impacto na reversão da epidemia de obesidade e prevenção das doenças crônicas não transmissíveis, dentre elas, a inclusão na agenda de prioridades da saúde pública, de ações inter-setoriais no âmbito do Estado e da sociedade civil, fortalecendo o compromisso e a efetividade de projetos e programas voltados à promoção da alimentação saudável.

- Articular as ações de educação alimentar e nutricional com as de abastecimento e agricultura familiar, bolsa família, agricultura urbana, entre outras.

Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT

- Fomentar a indução de novos estudos no campo do consumo alimentar que possibilitem uma compreensão tanto em sua concepção epidemiológica quanto aos diferentes aspectos sócio-culturais que envolvem o modo e de vida em torno de frutas e hortaliças no campo, regiões metropolitanas e centros urbanos.

- Garantir a continuidade das Pesquisas de Orçamento Familiares, induzir estudos analíticos com base em equipes multidisciplinares (sociologia, antropologia, ciências da saúde, economia, engenharia de alimentos, gastronomia, agronomia e nutrição) que possam focar o consumo de frutas e hortaliças sob o aspecto quantitativo e qualitativo, bem como as preferências alimentares relacionadas à forma de comer de cada categoria de alimento dentro deste grupo, promovendo uma compreensão multidimensional do fenômeno alimentar dentro e fora do domicílio.

Ministério do Meio Ambiente – MMA

- Apoiar ações que promovam a transição agroecológica e a conservação de espécies da agrobiodiversidade, com destaque para as variedades crioulas e os parentes silvestres dos principais cultivos.

- Desenvolver ações que promovam a valorização e a utilização de espécies nativas da flora brasileira, de valor econômico atual e potencial, de uso local e regional.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA

- Instituir uma Política Nacional de Abastecimento Alimentar.
- Promover a transição do atual modelo produtivo para um modelo de produção de alimentos seguros.
- Fortalecer o Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal.
- Fortalecer as linhas de crédito para produção agroecológica e de produção integrada, com incentivos específicos para a produção e comercialização de FH.
- Revitalizar as centrais de abastecimento, incluindo a constituição de um sistema integrado que oriente suas ações e fortalecer a capilaridade dos equipamentos de abastecimento de tal forma que atinjam os segmentos populacionais de mais baixa renda.
- Fortalecer a atuação da CONAB junto à micro e pequenos varejista, qualificando estas redes e possibilitando a ampliação da comercialização destes produtos.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS

- Inserir de forma mais efetiva a temática do Incentivo ao consumo de FH no conjunto de Programas do MDS.
- Articular ações de educação em SAN com as de abastecimento e agricultura

familiar no conjunto de programas e ações neste campo que já vem sendo desenvolvidos pelo MDS.

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA

- Fortalecer o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, como forma de apoio à comercialização e incentivo à produção familiar com base nos princípios agroecológicos, fortalecendo os circuitos locais de produção e comercialização e o resgate da produção de alimentos regionais.

- Adequar de forma efetiva a análise da capacidade de pagamento do PRONAF à lógica da transição agroecológica.

- Fortalecer e Consolidar o Programa de conservação, manejo e usos sustentável da Agrobiodiversidade.

- Incentivar a consolidação das feiras locais como instrumento de melhoria para a seleção e aquisição de alimentos saudáveis.

- Capacitar técnicos e produtores em manejo sustentável dos sistemas de produção de Frutas e Hortaliças, observadas as diretrizes e princípios da alimentação saudável.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE

- Priorizar a aquisição de alimentos para a alimentação escolar com produtos da agricultura familiar, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos, respeitando os hábitos e culturas alimentares regionais, possibilitando a formação de hábitos alimentares saudáveis e propiciando o desenvolvimento local.

- Estabelecer uma proposta da iniciativa brasileira de promoção do consumo de frutas e hortaliças requer a identificação de desafios e parceiros, bem como sua sensibilização e responsabilização, pressupondo uma articulação, vigilância e monitoramento, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional, que aborde desde o cultivo/produção adequados e seguros até uma comercialização de menor custo e um consumo saudável.

Desafios

Sob este enfoque, o diálogo com os diversos setores é estratégico e a oportunidade do 5. Congresso Pan-americano de Incentivo ao Consumo de Frutas e Hortaliças para a Promoção da Saúde é um marco neste processo e terá implicações relevantes no desenvolvimento nacional, sob este enfoque.

Um primeiro recorte dos possíveis desafios a serem enfrentados, com vistas a promover o consumo de frutas e hortaliças, estão reunidos a seguir:

- Planejar as múltiplas ações de educação alimentar e nutricional que vêm sendo implementadas por diferentes setores de governo de forma integrada e articulá-las com as ações de informação e comunicação.

- Articular e fortalecer as ações de educação em SAN no conjunto de programas e ações: Rede de Saúde; Rede Escolar; Programa Nacional de Alimentação do Escolar; Programa de Alimentação do Trabalhador, dentre outros.

- Incentivar o aumento do consumo de frutas, legumes e verduras numa perspectiva intersetorial através do resgate do patrimônio alimentar a luz dos aspectos simbólicos e culturais da alimentação, que misturam as diversas experiências do ser humano para permitir a invenção e resgate de práticas e comportamentos alimentares.

- Promover a transição do atual modelo de produtivo para uma produção de alimentos seguros e livres de agrotóxicos.
- Garantir que a compra institucional de alimentos para (hospitais, presídios, restaurantes, cozinhas etc) siga os parâmetros de consumo de FH preconizados pelo Guia alimentar brasileiro.
- Desenvolver pesquisas sobre alimentação e nutrição nos diversos campos de conhecimento, com destaque ao consumo alimentar e patrimônio cultural e produção de alimentos.
- Aperfeiçoar e viabilizar o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional em seus componentes de produção de alimentos, comercialização e abastecimento para o monitoramento de contaminantes físico-químicos e microbiológicos e de estado nutricional com vistas a consolidar um sistema de monitoramento em Segurança Alimentar e Nutricional.
- Articular iniciativas fragmentadas dos vários ministérios.
- Promover mobilização social para formar uma rede integrada de troca de experiências bem-sucedidas.
- Incluir de forma efetiva a divulgação da alimentação saudável nos meios de comunicação em massa.
- Garantir a efetividade da regulamentação da publicidade de alimentos e de agrotóxicos.
- Fortalecer as ações de educação alimentar e nutricional no âmbito dos diferentes programas governamentais, uma vez que mesmo consideradas como

ações transversais e por vezes serem parte do desenho operacional dos programas não são efetivamente implementadas em todo seu potencial.

- Incentivar e apoiar os processos de transição agroecológica, considerando as diversas formas de organização e formação das famílias agricultoras.

- Garantir o acesso ao PRONAF agroecológico aos agricultores familiares em fase de transição agroecológica priorizando os sistemas Participativos de Garantia.

- Fortalecer o Programa de Monitoramento de Resíduos de Agrotóxicos da AN-VISA (PARA) ampliando a análise para os alimentos comercializados para além dos supermercados, incluindo as CEASAs, aumentando o número de laboratórios de análise.

No atual governo brasileiro a temática do combate a fome e a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil impulsionam as tarefas aqui descritas.

Para alcançar nossos objetivos precisamos transcender para dimensões multi e intersetoriais que tenham coletivamente um objeto em construção. Nosso desafio é construir coletivamente este processo de maneira integrada e participativa.

Pensar em alimentação e nutrição é considerar a vida em sua maneira real e complexa. Em nível institucional saúde, desenvolvimento agrário e agricultura precisam internalizar o objeto coletivo que precisamos para potencializar e assim servir de modelo para política públicas que tenham a segurança alimentar e nutricional como grande eixo articulador.

Referências

BRASIL, Resolução n. 408 de 11/12/2008 do Conselho Nacional de Saúde, Ministério da Saúde.

CONSEA, Proposta de diretrizes para o desenvolvimento de um programa intersetorial para a promoção da alimentação adequada e saudável no Brasil, 2005. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/Consea/static/documentos/Tema/AlimentacaoAdequa/AlimentacaoAdequada011105.pdf>